

**HABEAS CORPUS Nº 548.758 - SC (2019/0357650-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : **FABIANO BENIN**  
**ADVOGADO** : **FABIANO BENIN - SC029300**  
**IMPETRADO** : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA**  
**PACIENTE** : **MARCOS VINICIUS FLORCOWSKI (PRESO)**  
**INTERES.** : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de MARCOS VINICIUS FLORCOWSKI – preso preventivamente em 16/9/2019 e denunciado pela suposta prática do crime de tentativa de homicídio qualificado – contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (HC nº 4029410-31.2019.8.24.0000).

Narra a denúncia (e-STJ fls.15/ 16 grifei):

[...]

*No dia 15 de setembro de 2019, por volta das 17h10min., no estabelecimento "Camping Canarinho", situado no bairro Glória, neste Município e Comarca de Anita Garibaldi/SC, o denunciado MARCOS VINICIO FLORCOWSKI, vulgo "Marcão", com consciência e vontade, portanto, dolosamente, agindo com manifesto animus necandi, ou, pelo menos, assumindo o risco de matar, proferiu 02 (dois) golpes de facão contra a vítima Bruno Neres da Silva, tendo um dos golpes atingido as costas do ofendido, causando-lhe as lesões corporais descritas no Boletim de Ocorrência n. 00077-2019-0000779 (fls. 5/8).*

*Conforme consta dos autos, após Bruno Neres da Silva se negar a cumprimentar o denunciado MARCOS VINICIO FLORCOWSKI, vulgo "Marcão", este desferiu dois golpes de facão nas costas do ofendido. Ato contínuo, o denunciado somente não atingiu o seu intento de ceifar a vida da vítima por circunstâncias alheias à sua vontade, já que o ofendido foi prontamente encaminhado ao Hospital local.*

*Importante destacar que o delito foi perpetrado por MARCOS VINICIO FLORCOWSKI, vulgo "Marcão", mediante recurso que impossibilitou a defesa da vítima, já que Bruno Neres da Silva foi atingido de inopino (surpresa) pelas costas, enquanto assistia uma partida de futebol, sem que pudesse esboçar*

*qualquer reação.*

*Por fim, ressalta-se que o denunciado é reincidente, conforme consta na certidão de antecedentes criminais de fls. 23-27.*

No writ originário, a defesa alegou o excesso de prazo para o oferecimento da denúncia, evento que só teria ocorrido em 8/10/2019, estando o paciente preso desde 16/9/2019. O Tribunal, contudo, denegou a ordem, recebendo o acórdão a seguinte ementa (e-STJ fl. 18):

*HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. EXCESSO DE PRAZO PARA OFERECIMENTO DA DENÚNCIA. EXORDIAL PROPOSTA EM PRIMEIRA INSTÂNCIA.*

*Oferecida a denúncia, é inviável determinar a soltura de acusado pela ocorrência de excesso de prazo para sua propositura em Primeira Instância.*

*ORDEM DENEGADA.*

Na presente oportunidade, alega em síntese, a falta de fundamentos que justifiquem a prisão preventiva do paciente. Afirma, que o paciente possui ocupação lícita, trabalhando na condição de pedreiro e não se encontrava foragido, como entendeu o Magistrado de primeiro grau, sendo possível, no caso, a aplicação de outras medidas mais brandas.

Diante disso, pede, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com aplicação das medidas cautelares previstas no artigo 319 do CPP.

É o relatório, **decido**.

Não há como prosseguir a irresignação. Isso porque, o Tribunal impetrado não se manifestou sobre os fundamentos da prisão preventiva do paciente. Segundo consta do relatório do acórdão, a defesa alegou apenas excesso de prazo para o oferecimento da acusação, sequer apresentou a nova tese nas razões da ação originária, o que impossibilita a análise direta por esta Corte Superior.

Com efeito, para se aferir a competência do Superior Tribunal de

# *Superior Tribunal de Justiça*

Justiça, é necessário que a matéria questionada tenha sido analisada pela Corte de origem, consoante dispõe o art. 105, II, da Constituição Federal, sob pena de configurar indevida supressão de instância.

Nesse sentido:

*(...) Matéria não enfrentada na Corte de origem não pode ser analisada diretamente neste Tribunal Superior, sob pena de supressão de instância. (...) (HC n. 378.585/SP, Relator Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/04/2017, DJe 20/04/2017)*

*(...). 3. A matéria relativa ao excesso de prazo na formação da culpa não foi debatida pelo Tribunal de origem, sendo inviável a análise da questão por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.*

*4. Recurso ordinário não provido. (RHC n. 57.010/RJ, Relator Ministro GURGEL DE FARIA, Quinta Turma, julgado em 21/5/2015, DJe 2/6/2015).*

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro** liminarmente o pedido.

Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator